

ALTA EM 2018

Analistas projetam 2,68% para o PIB

Focus também aumentou a estimativa de 0,96% para 0,98% de crescimento para fechar este ano

O mercado financeiro elevou levemente sua projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2017 e 2018. A expectativa de alta para o PIB deste ano passou de 0,96% para 0,98% no Relatório de Mercado Focus, divulgado nesta terça-feira. Há um mês, a perspectiva estava em 0,73%. Para 2018, o mercado elevou a previsão de alta do PIB de 2,64% para 2,68%. Quatro semanas atrás, a expectativa era de 2,58%.

Em 1º de dezembro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o PIB cresceu 0,1% no terceiro trimestre, em relação ao segundo trimestre. Apesar de modesto, o número foi bem recebido pelo mercado. Um dos motivos foi o crescimento do investimento produtivo, de 1,6% no trimestre, na primeira alta após 15 quedas consecutivas.

Já o Banco Central atua-

lizou suas projeções para o PIB no Relatório Trimestral de Inflação (RTI), divulgado na última quinta-feira (21). O crescimento projetado para 2017 é de 1,0% e para 2018 de 2,6%. No Focus desta terça, a projeção para a produção industrial deste ano seguiu com avanço de 2,03%. Há um mês, estava em 2,00% No caso de 2018, a estimativa de crescimento da produção industrial foi de 3,00% para 2,98%, ante 2,90% de quatro semanas antes.

Já a projeção para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB para 2017 seguiu em 52,20%. Há um mês, estava em 52,15%. Para 2018, a expectativa no boletim Focus permaneceu em 55,65%, ante 55,40% de um mês atrás.

Em meio às indicações do Banco Central de que pode continuar o processo de corte de juros em fevereiro, os economistas do mercado finan-

ceiro reduziram suas projeções para a Selic para o fim de 2018. A mediana das previsões para a Selic no próximo ano passou de 7,00% para 6,75% ao ano. Há um mês, estava em 7,00%, atual taxa básica de juros.

Na quinta-feira passada, o Banco central reforçou, por meio do Relatório Trimestral de Inflação (RTI), a indicação de que pode reduzir a Selic em mais 0,25 ponto porcentual em fevereiro, de 7,00% para 6,75%. Ao mesmo tempo, a instituição afirmou que sua decisão dependerá da evolução da atividade, dos riscos para o cenário - como o ligado ao andamento das reformas -, das avaliações sobre o estágio do ciclo monetário e das projeções para os índices de preços.

No Focus desta terça-feira, a Selic média de 2018 permaneceu em 6,75% ao ano, ante 6,81% de quatro semanas atrás. Para o grupo dos analistas consultados que mais

acertam as projeções (Top 5) de médio prazo, a taxa básica terminará 2018 em 6,50% ao ano, o mesmo porcentual projetado uma semana e um mês antes.

Os economistas do mercado financeiro elevaram suas projeções para a balança comercial em 2017 e 2018. A estimativa de superávit comercial este ano foi de US\$ 65,82 bilhões para US\$ 66,00 bilhões da última semana para esta, ante US\$ 65,54 bilhões de um mês antes.

Para o próximo ano, os economistas do mercado elevaram a projeção de superávit comercial de US\$ 52,00 bilhões para US\$ 52,50 bilhões. Há um mês, a expectativa era de US\$ 53,60 bilhões Já a projeção do BC é de superávit comercial de US\$ 59,0 bilhões em 2018.

No caso da conta corrente, as previsões contidas no Focus para 2017 indicaram déficit de US\$ 10,00 bilhões, mesmo valor de uma semana atrás. Há

um mês, o déficit estimado era de US\$ 12,32 bilhões. A estimativa do BC para o déficit em conta em 2017 é de US\$ 9,2 bilhões. O mercado alterou a projeção de rombo nas contas externas em 2018, de US\$ 28,35 bilhões para US\$ 28,60 bilhões. Um mês atrás, o rombo projetado era de US\$ 29,00 bilhões. Neste caso, a previsão do BC é de déficit em conta de US\$ 18,4 bilhões em 2018.

Para os analistas consultados semanalmente pelo BC, o ingresso de Investimento Direto no País (IDP) será mais do que suficiente para cobrir o resultado deficitário, tanto em 2017 quanto em 2018. A mediana das previsões para o IDP em 2017 seguiu em US\$ 80,00 bilhões. Há um mês, também estava no mesmo patamar. A projeção atual do BC para este ano é de IDP de US\$ 75,00 bilhões.

Para 2018, a perspec-

tiva de volume de entradas de investimento direto, de acordo com o Focus, seguiu em US\$ 80,00 bilhões. Há quatro semanas, o valor era o mesmo. O BC também calcula US\$ 80,00 bilhões de IDP para o próximo ano.

O relatório também indica redução na projeção para os preços administrados neste ano. A mediana das previsões do mercado financeiro para o indicador em 2017 foi de alta de 7,90% para avanço de 7,86%. Para 2018, a mediana seguiu em 4,90%. Há um mês, o mercado projetava aumento de 7,90% para os preços administrados em 2017 e elevação de 4,90% em 2018.

As projeções atuais do BC para os preços administrados indicam elevações de 8,0% em 2017, 4,9% em 2018, 4,3% em 2019 e 4,2% em 2020. Estes percentuais foram atualizados no Relatório Trimestral de Inflação (RTI), divulgado na quinta-feira.

CONSUMO

Vendas no Natal têm primeiro aumento após três anos de retração

As vendas a prazo na semana anterior ao Natal, entre os dias 18 e 24 de dezembro, aumentaram 4,72% na comparação com as de 2016. Trata-se do primeiro ano de crescimento após três anos consecutivos de retração. Os dados, divulgados hoje, são do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). Os resultados de vendas a prazo no Natal nos anos anteriores foram: -1,46% (2016), -15,84% (2015) e -0,7% (2014). Neste ano, com exceção do Natal e do Dia das Crianças (crescimento de 3%), nas demais datas festivas, as vendas não tiveram resultados animadores: Páscoa (+0,93%), Dia das Mães (-5,50%), Dia dos Namorados (-9,61%) e Dia dos Pais (-2,18%). “O acesso ao crédito mais difícil e os juros elevados ainda limitam o poder

de compras dos brasileiros, mas, com a economia dando sinais de retomada, os consumidores foram às compras de forma menos tímida que nos últimos anos e também nas outras datas comemorativas de 2017”, disse o presidente do SPC Brasil, Roque Pellizzaro. Segundo Pellizzaro, porém, embora o crescimento deste ano pareça forte, ainda está longe dos resultados dos anos anteriores à crise econômica.

O cálculo de vendas a prazo é baseado no volume de consultas feitas ao banco de dados do SPC Brasil, com abrangência nacional, entre os dias 18 e 24 deste mês. Segundo levantamento da entidade, o gasto médio do brasileiro com o total de presentes de Natal girou em torno de R\$ 461,91. A estimativa é de que a data movimentasse cerca de R\$ 51 bilhões na economia.

VAREJO

Serasa aponta melhor Natal após sete anos

As vendas do Natal de 2017 no País tiveram o melhor desempenho desde 2010, revertendo três anos consecutivos de retração. O Indicador Serasa Experian de Atividade do Comércio - Natal 2017 mostra crescimento de 5,6% na semana entre 18 e 24 deste mês em relação a igual período de 2016. No fim de semana que antecedeu o Natal, de 22 a 24, a alta foi de 0,8% na comparação com igual período do ano passado (de 16 a 18). Só na cidade de São Paulo

as vendas subiram 5,2% na semana natalina em relação a igual período de 2016, enquanto no fim de semana houve expansão de 0,6%.

Conforme os economistas da Serasa Experian, o aumento no volume de vendas do comércio reflete a recuperação da renda real dos consumidores, influenciada pelo recuo “sistemático” da inflação e pela queda “gradual” do desemprego, além da retomada da confiança e do crédito após a queda do juro.

ESCRITURA DE INSTITUIÇÃO DE BEM DE FAMÍLIA, na forma abaixo: **LIVRO: 7451 - FOLHA: 180/181 - ATO: 085**. SAIBAM quantos esta virem que no ano de 2017 (dois mil e dezessete), aos 13 (TREZE) dias do mês de **Dezembro**, nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, perante mim, Cristina Mambrini, Tabelã Substituída do 10º Ofício de Notas, com sede na Av. Nilo Peçanha, nº 26, 3º andar, Centro, compareceram partes entre si, justas e contratadas, de um lado, como **OUTORGANTES: BERNARDO FAYFMAN**, filho de Aaron Hirsch Zyingier e de Geny Hellmann Fayfman, empresário e sua mulher **CARLA ZYNGIER FAYFMAN**, filha de Claudio Mauricio Zyingier e Dora Sara Zyingier, publicitários, brasileiros, casados pelo regime da comunhão parcial de bens (na vigência da Lei 6515/77), inscritos no CPF sob os ns. 016.708.077-62 e 076.598.337-07, portadores das carteiras de identidade os ns. 2000104441 e 00108679337, emitidas pelo CREA/RJ e CNH/DETRAN/RJ, em 18/04/2001 e 20/06/2016, residentes e domiciliados nesta Cidade, na Av. Lucio Costa nº 3602, apto. 1704 – Barra da Tijuca, CEP nº 22630-010, Rio de Janeiro - RJ, com endereço eletrônico: be1107@gmail.com e carlaazfa@gmail.com. Os presentes devidamente identificados e qualificados por mim, conforme documentos apresentados, que ficam arquivados nestas Notas, do que dou fé, bem como que da presente será enviada nota ao competente distribuidor no prazo da Lei. E assim, pelos **OUTORGANTES**, me foi dito, que como lhes faculta o Código Civil, arts. 1711 a 1722, resolvem, pela presente e na melhor forma de direito, e sob as penas da lei, instituírem como bem de família, o imóvel de sua propriedade constituído pelo **APARTAMENTO Nº 1704 DO BLOCO 02 “EDIFÍCIO MARBELLA” do empreendimento “Costa Del Sol” com o nº 3.602, pela Avenida Sernambetiba com direito ao uso indistinto de 03 vagas de garagem, no 1º ou 2º subsolos, na Freguesia de Jacarepaguá, e a correspondente fração ideal de 0,0052040 do terreno designado por lote 01 do PAL. 38.433**, conforme descrito e caracterizado na matrícula nº 234.428 do 9º Ofício de Registro de Imóveis – Capital do Estado do Rio de Janeiro, com Inscrição Municipal na Prefeitura do Rio de Janeiro sob o nº 2.965.165-0 , Código de Logradouro nº 09133-0. Havido dito imóvel conforme escritura de Compra e Venda, lavrada nas Notas do 19º Ofício, Livro M-440, fls. 034, em 29/04/2011, com o nº 1372096 à fl. 269v do Livro 1-HF, conforme registrado na matrícula acima do 9º Registro de Imóveis, sob o nº R-14, em 13/07/2011. Consta uma servidão de passagem de tubulação de água potável, águas pluviais e esgotos sanitários, em favor do Lote 1 do PAL 38.433, averbado sob o nº AV-01, da matrícula nº 234428, em 13.07.2011. Declaram, ainda que, com exceção das distribuições abaixo mencionadas, devidamente esclarecidas, nada existe contra seus nomes e o imóvel em tela, que possa colocar em risco, impossibilitar ou retardar a efetivação deste ato e, ainda, que o referido imóvel, encontra-se completamente livre e desembaraçado de todo e qualquer ônus judicial ou extrajudicial, pensão, hipoteca legal ou convencional, arresto, sequestro, litispendência, sejam de que natureza e origens forem, hipotecas legais ou convencionais, foro ou pensão, isento de qualquer vício oculto ou insanável, de dívidas fiscais, quites de impostos, tarifas, taxas e contribuições, inclusive previdenciárias e trabalhistas e que o valor do mesmo para efeitos fiscais é de R\$ 1.560.000,00 (um milhão, quinhentos e sessenta mil reais). Os Outorgantes apresentam e ficam arquivadas nestas Notas as certidões originais a seguir relacionadas: **(a)** Certidão do 9º Registro de Imóveis, certificando o registro da sua escritura de aquisição e a inexistência de quaisquer ônus reais ou pessoais reipersecutórios gravando o Imóvel; **(b)** Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imóvel de certificando a inexistência de débitos inscritos em dívida ativa e a quitação do IPTU até o ano de 2017, que o Imóvel não é foreiro a esta Municipalidade; **(c)** Certidão de Quitação condominial; **(d)** Certidão Negativa de Débito, emitida pelo Corpo de Bombeiros, Funesbom; **(e)** Certidão da Justiça Federal do Rio de Janeiro; **(f)** Certidões do 1º e 2º de Interdições e Tutelas e 1º, 2º, 3º, 4º, 7º e 9º Registro de Distribuição; a última também em nome do Imóvel; **(g)** Certidões conjuntas negativas de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União sob o código de controle nº CB23, D81776AE,FDC6 e 341C,D187C488.17C2, emitidas em 16/10/2017 e válidas até 14/04/2018; **(h)** Certidões Negativas de Débitos Trabalhistas de nºs. 138601359/2017 e 141123224/2017, expedidas em 16/10/2017 e válidas até 13/04/2018; Constam em nome do **OUTORGANTE**, **BERNARDO FAYFMAN**, as seguintes distribuições: no 4º Distribuidor, ação de Consignação em pagamento, a requerimento de Edison Monteiro de Souza, 9ª Vara Cível, processo nº 1998.001.205752-5, que encontra-se arquivado em 24.11.2017 e no 9º Distribuidor, ação de execução fiscal, CDA nº 102754002000, 12ª Vara de Fazenda Pública, Réu Principal, Núcleo de treinamento tecnológico Ltda., que encontra-se arquivado em 26.10.2017; **(i)** Certidões de indisponibilidade dos bens e registro de escrituras, cumprindo o disposto no Provimento nº 39/2014 de nº 5829, b7f3.128e.2a4c.4d39.00ae.82e2.dd0b.5e14.1904 e 419c.88bf.3d45.af59.05 e4.4ac1.4e1724e9.1287c9b4. - Declaro sob pena de responsabilidade, que será emitida a Declaração Sobre Operação Imobiliária (DOI), no prazo legal, de que trata o artigo 4 da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal - RFB nº 1.112 de 28/12/2010. - Foram expedidas 02 (duas) certidões do presente ato, solicitadas pelas partes. As custas devidas pela lavratura desta escritura na importância de R\$ 3.252,49, calcula-se conforme Tabela 07, item 2 Letra b, mais R\$46,64 (04 COMUNIC. – distribuidor e censec, Tab.01,5), mais R\$10,06 (arquivamento – tabela 01, item 04), totalizando R\$5.309,19, acrescido das Leis, R\$ 661,83 (20% FETJ –Lei 3219/99), R\$165,45 (5% FUNPERJ – Lei Complementar Estadual 111/06), R\$165,45 (5% FUNDPERJ – Lei Estadual 4664/05), R\$ 132,36 (4% FUNARPEN/RJ Lei Estadual 6281/12) R\$174,17 (5% ISS), que serão recolhidos no prazo e na forma da lei, mais R\$65,02 (2% ATOS GRATUITOS/PMCMV Lei Estadual 6370/12), mais Distribuição 6º Distribuidor R\$59,68, mais R\$14,44 das contribuições devidas a cada uma das seguintes entidades: Múta dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, Caixa de Assistência dos Procuradores do Estado do Rio de Janeiro, Caixa de Assistência dos Membros da Assistência Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, Associação dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, e ANOREG (Lei 3.761/2002). E, por estarem assim justos e contratados me pediram que lavrasse a presente escritura que lhe sendo lida em voz alta, aceitam e assinam, declarando que dispensam a presença das testemunhas de acordo com o artigo 240 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Assim o disseram do que dou fé o disse e me pediu-lhe lavrasse a presente escritura que lhes li, aceitam e assinam, dispensando a presença de testemunhas, conforme faculta o artigo 386 do Código de Normas da Egrégia Corregedoria de Justiça deste Estado. Eu, Cristina Mambrini, substituída do tabelião, lavrei, li e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas. (ASSINADAS) **BERNARDO FAYFMAN** e **CARLA ZYNGIER FAYFMAN**. E, eu Cristina Mambrini substituída do Tabelião subcrevo e assino a presente CERTIDÃO na data de hoje, 13.12.2017.

TELEMAR NORTE LESTE S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ/MF 33.000.118/0001-79 - NIRE 33 300 152580
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 25 de maio de 2017 (Lavrada na forma de sumário conforme faculta o art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76). **Anexo I - Matriz de Alçadas**. O Conselho de Administração da OI S.A. - Em Recuperação Judicial (“Companhia”), em reuniões realizadas em 18 de setembro de 2015, 18 de maio de 2016 e 24 de maio de 2017, com base na Lei e nas disposições dos arts. 32 e 39 do Estatuto Social da Companhia, resolveu, para os devidos fins de direito, aprovar a seguinte Matriz de Alçadas, aplicável à Companhia e a todas suas sociedades controladas (em conjunto, “Sociedades”): Art. 1º. Além das atribuições previstas em Lei e no Estatuto Social da Companhia, observado o disposto em seu art. 32, Parágrafo 1º, bem como o previsto no art. 39, compete à Diretoria da Companhia, como órgão colegiado: I. Aprovar a realização, pela Companhia ou suas controladas, de investimentos e desinvestimentos no capital de outras sociedades, no valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), por operação, observado o disposto no parágrafo 4º abaixo, exceto nos casos de aquisição de novas subsidiárias, em que a competência da aprovação será sempre do Conselho de Administração, independentemente do valor envolvido; II. Autorizar a aquisição e a alienação, pela Companhia ou suas controladas, de bens para ou do ativo permanente, conforme o caso, no valor individual de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e a oneração, pela Companhia ou suas controladas, no valor de até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), de bens integrantes do respectivo ativo permanente; II.a. Especificamente no que se refere à constituição de consórcio para execução de determinado empreendimento, compete à Diretoria, por deliberação colegiada, autorizar a celebração de consórcio, pela Companhia ou suas controladas, no valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), quando o respectivo contrato de consórcio for celebrado com parceiros (empresas que não sejam sociedades controladoras, controladas ou coligadas à Companhia); III. Autorizar contratações em geral, incluindo celebração de aditivos, acordos ou convênios que constituam ônus, obrigações e compromissos, no curso ordinário dos negócios da Companhia e de suas controladas, cujo valor individual ou cumulativo represente responsabilidade por parte da Companhia de até R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais); IV. Autorizar a prestação de garantias em geral pela Companhia ou suas controladas, em favor de terceiros, no valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), por transação; V. Deliberar sobre a renúncia de direitos e transações (art. 840 e seguintes do Código Civil) de qualquer natureza, pela Companhia ou suas controladas, que isolada ou cumulativamente represente o valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); VI. Deliberar sobre a realização das seguintes operações, pela Companhia ou suas controladas: (i) contratação de empréstimos, financiamentos ou outras operações que impliquem em endividamento da Companhia ou de suas controladas cujo valor seja de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); (ii) arrendamentos mercantis de valor limitado a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e (iii) emissão de notas promissórias no valor individual ou cumulativo com a mesma contraparte de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); VII. Autorizar a prática, pela Companhia ou suas controladas, de atos gratuitos em benefício (i) de seus empregados e/ou (ii) da comunidade, no valor conjunto de até R\$ 3 milhões por exercício social, observada a Política de Doação da Companhia, devendo-se destacar em cada caso aprovado se a parte beneficiada se enquadra no (i) ou (ii) deste inciso VII. § 1º Em quaisquer das hipóteses dos incisos de I a VII deste artigo, em se tratando de mais de uma operação com o mesmo objeto, deverá ser considerado o valor global de tais operações para fins de aplicação das alçadas da Diretoria. § 2º Em quaisquer das hipóteses dos incisos de I a VII deste artigo, sempre que o valor do ato ou contrato for inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), aplicase o disposto no Art. 38 do Estatuto Social, não sendo exigível deliberação colegiada da Diretoria. Nos casos em que o valor do ato ou contrato for igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), será sempre exigível deliberação colegiada da Diretoria. § 3º Em quaisquer das hipóteses dos incisos de I a VII deste artigo, a aprovação competirá à Diretoria, não sendo necessária a aprovação pelo Conselho de Administração sempre que se tratar de ato ou contrato *intercompany* ou ato ou contrato com valor previsto em orçamento ou, ainda, em caso de investimentos em CAPEX para projetos plurianuais cujo valor de contratação para os anos seguintes não supere a média de investimento dos últimos 3 anos, ainda que superior aos limites de alçadas estabelecidos neste artigo. Uma operação será considerada *intercompany* sempre que envolver única e exclusivamente a Companhia e/ou suas controladas, diretas ou indiretas. § 4º Cabe à Diretoria ainda, por deliberação colegiada, estabelecer, a partir dos limites de alçada fixados pelo Conselho de Administração para a Diretoria nos termos deste artigo, os limites de alçada ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da sociedade. Art. 2º Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre atos, contratos, transações ou operações de qualquer natureza que excedam os limites fixados nesta Matriz de Alçadas para a Diretoria. Art. 3º Trimestralmente, a Diretoria deverá elaborar relatório, para conhecimento do Conselho de Administração, acerca dos investimentos e desinvestimentos orçados superiores a R\$30milhões, realizados no período pela Companhia. **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**. Empresa: Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial. Certifico o deferimento em 06/06/2017, e o registro sob o nº 3050989 e data de 06/06/2017. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ÓPTICO, FOTOGRAFICO E CINEMATOGRAFICO DOS MUNICIPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI
CNPJ 42.358.952/0001-21
EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES SINDICAIS. O Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Material Óptico, Fotográfico e Cinematográfico dos Municípios do Rio de Janeiro e Niterói – SINDIÓPTICA-CINEFOTO-RIO/NITERÓI, em cumprimento ao que determina o artigo 33 do Regulamento Eleitoral, faz saber que foi eleita, em 26.12.2017, para mandato de 01/04/2018 a 31/03/2022, que tomarão posse em 01.04.2018 a seguinte chapa: **DIRETORIA** – Efetivos: Presidente: Francisco Gonzalez Vidal, 1º Vice-Presidente: Adilson da Costa Dantas, 2º vice-Presidente: Paulo Antonio DAlmeida Porto, 1º Secretário: Rodrigo Schoenacher Pacheco, 2º Secretário: Analice Matias da Nobrega, 1º Tesoureiro: Silvano José Rodrigues de Sousa, 2º Tesoureiro: Fernando de Oliveira Rocha, Suplentes: 1º Claudio Bizarria dos Santos, 2º Alaide Moreira Fernandes, 3º Jorge Alves Coutinho, 4º Odineia Rodrigues dos Santos Coutinho. **CONSELHO FISCAL** – Efetivos: 1º Danielle Martins dos Santos Dantas, 2º Aldeir Fernandes, 3º Claudio Antonio de Souza. Suplentes: 1º Tathiana Quintanilha Carvalho, 2º Sonia Luisa Souza. **DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO AO CONSELHO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** – Efetivo: Francisco Gonzalez Vidal; Suplente: Silvano José Rodrigues de Sousa. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2017. A.) Silvinio José Rodrigues de Sousa – Presidente.

TANGARA ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 03.573.381/0001-96 - NIRE 3330032513-1
Edital de Convocação. Assembleia Geral Extraordinária. São convidados os Senhores Acionistas da Tangara Energia S.A. a participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º andar, sala 06, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro, em primeira convocação, às 14h30, segunda convocação às 14:40 e terceira, e última, convocação às 14:45, do dia 29 de dezembro de 2017, para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** (i) alterar o objeto social da sociedade; (ii) reduzir o capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei n. 6.404/76; (iii) alterar o artigo 17 (dezessete) do estatuto social para refletir a reestruturação quantitativa dos cargos da Diretoria; (iv) eleger novos diretores; (v) consolidar o estatuto social; e (vi) outros assuntos de interesse social. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2017. Henrique Carsalade Martins - Diretor Presidente.